

COSTURAS TEÓRICAS: UM DIÁLOGO INTERSECCIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Elaine Regina do Carmo¹
Bethania Medeiros Geremias²

A educação nem sempre tem sido um ato político comprometido com a emancipação. Essa função só se concretiza quando ela é reconhecida em sua essência transformadora e orientada pelo propósito que lhe é genuíno: a formação crítica, consciente e libertadora dos sujeitos. Como afirmou Paulo Freire (2013, p. 32), “[...] a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, desde que não estejam a serviço da domesticação, mas da libertação.

Embora frequentemente evocada como direito universal, ela pode ser moldada para manter estruturas de dominação, quando descolada de seu propósito genuíno: formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de transformar a realidade, mas essa mudança só é possível quando a educação está comprometida com a libertação, e não com a reprodução de opressões. É o que também afirma bell hooks (2013), ao defender uma educação como prática da liberdade, em que ensinar e aprender se tornam atos profundamente políticos e enraizados no desejo de romper com desigualdades de classe, raça e gênero.

Neste capítulo de revisão teórica, nos propomos a discutir a educação como um ato político de emancipação, especialmente para mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para bell hooks, o ensino crítico exige escuta, diálogo e reconhecimento das

¹Mestranda em Educação pelo PPGE (UFV), professora de Língua Portuguesa da EJA e do Ensino Fundamental II da Rede Pública de Viçosa- MG.

² Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Docente do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: bmgeremias@ufv.br

experiências históricas de grupos marginalizados, especialmente das mulheres negras, das periferias e das populações subalternizadas. Alinhado a essa perspectiva, este trabalho emerge da pesquisa de mestrado “Narrativas sobre as histórias de vida e escolarização das mulheres negras da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública de Viçosa-MG”, na qual a primeira autora, enquanto pesquisadora e professora, busca não somente teorizar sobre a educação, mas também dar voz às trajetórias que moldam a realidade de suas alunas.

Para iniciar a discussão, na primeira parte do texto apresentamos uma narrativa autobiográfica, produzida pela primeira autora, que atua como professora e pesquisadora da EJA. A experiência pessoal da pesquisadora e a trajetória de seus pais, que voltaram a estudar por meio da EJA, servem como ponto de partida para a reflexão sobre as múltiplas barreiras e superações na jornada educacional de mulheres negras e periféricas.

Em um segundo momento, o artigo aborda o tema “Educação, emancipação e autoestima”, discutindo a educação como um pilar fundamental para a autonomia feminina. Conforme Perrot (2007, p.16), “[...] escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”, e a educação é o caminho para essa desconstrução. O texto ressalta a luta das mulheres negras, que enfrentam desafios adicionais e que, ao se educarem, transformam não somente suas vidas, mas a de suas famílias e comunidades. A autoestima, definida como a confiança em nossa habilidade de pensar e de lidar com os desafios da vida, é apresentada como um elemento fundamental nesse processo.

Por fim, discutimos a interseccionalidade na educação como uma lente central para compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam na experiência de mulheres negras. Com base nas contribuições de Kimberlé Crenshaw (1989), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2017; 2019) e bell hooks (2013; 2020; 2022), o texto analisa de que forma marcadores como gênero, raça, classe e etarismo estruturam a educação e influenciam as trajetórias de mulheres

na EJA. Entendemos que a interseccionalidade não deve ser somente um conceito teórico, mas uma prática que oriente políticas e pedagogias para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Tecendo a própria história: a palavra como caminho para a libertação

Sou Elaine Regina do Carmo, mulher, negra, filha, de uma história que poderia ter sido silenciada, mas que escolheu a palavra como ferramenta de existência e transformação. Nasci no coração da periferia de Viçosa, onde as ruas estreitas guardam histórias de luta, de resistência e de sonhos interrompidos pelo peso das desigualdades. Segunda filha de uma família de quatro irmãos, moldada pelo exemplo de pais que, mesmo diante das adversidades, ensinaram que a educação é um direito, ainda que para muitos ela pareça um privilégio inalcançável.

Minha mãe, nascida e criada na zona rural, teve a infância marcada pelo trabalho árduo e pelas limitações impostas a meninas pobres do campo. Seu mundo, muitas vezes, foi delimitado pelo que a sobrevivência exigia, e sua escolarização ficou restrita à quarta série do antigo ensino de 1º grau. Embora não tenha tido a oportunidade de estudar, minha mãe sempre me incentivou a seguir nos estudos. Com um olhar atento e sensível, percebia sua maneira silenciosa de me fortalecer: poupava-me das tarefas domésticas mais pesadas, deixava o caminho livre para que eu pudesse dedicar-me ao aprendizado e, mesmo com poucos recursos, fazia da nossa casa um ambiente onde o saber era valorizado. Lembro-me ainda hoje da alegria estampada em seu rosto no dia da minha formatura. Era como se ela própria estivesse colando grau comigo. Na realidade, era ela também quem conquistava aquele diploma — o primeiro da família após muitas gerações. Como era grandioso e memorável para nós aquela conquista!

Meu pai, hoje falecido, por outro lado, carregou consigo uma batalha silenciosa contra o tempo e as circunstâncias. Foi somente aos 42 anos, já com quatro filhos, que conseguiu concluir o ensino médio,

graças ao programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecido no antigo colégio de Viçosa, atualmente sede da Prefeitura Municipal da cidade. Seu esforço foi mais do que um diploma conquistado; foi uma prova concreta de que a educação, mesmo quando tardia, pode abrir portas e ressignificar vidas.

Entretanto, a minha trajetória não se desenhou somente pelos passos dos meus pais. Cresci ao lado dos meus irmãos Evandro, Edimar e Eduardo, que, apesar de compartilharem comigo os mesmos ensinamentos e a mesma casa, não seguiram pelo caminho da escolarização. Suas trajetórias, distintas da minha, sempre ecoaram em meu pensamento: o que me fez persistir na educação quando tantos ao meu redor seguiram outras direções? O que, na minha jornada acendeu essa chama inapagável pelo conhecimento? Quais forças invisíveis me conduziram a trilhar um caminho diferente, onde os livros se tornaram meu refúgio, meu chão e minha possibilidade de ser?

Minha caminhada na educação foi repleta de percalços e desafios. A cada novo degrau, enfrentei o peso do racismo estrutural, a dúvida do pertencimento e o cansaço da rotina exaustiva de quem, para estudar, precisa antes conquistar o direito de estar ali. Desde cedo, percebi que o mundo ao meu redor não esperava que eu fosse além. Vi meninas como eu sendo ensinadas a se contentar com pouco, a aceitar a invisibilidade como destino inevitável. Mas eu quis mais. Quis escrever minha própria história, quebrar as barreiras que tentavam me conter e me permitir sonhar um futuro que não estava previamente desenhado para mim.

Meu percurso educacional é, portanto, mais do que uma conquista individual; ele é parte de uma luta coletiva. Cada degrau que subi, cada livro que abri, cada aula que frequentei carrega em si o peso das oportunidades que muitos não tiveram. Minha presença na universidade, agora como mestrande, é um testemunho da importância da permanência, do acesso e da transformação social por meio da educação. Mas, ao mesmo tempo, é um lembrete de que ainda há muito a ser feito para que todas as mulheres: brancas, negras, indígenas que desejam estudar possam fazê-lo sem tantas barreiras e renúncias.

Crescer como uma menina negra no Brasil significa carregar consigo marcas profundas de uma sociedade que ainda resiste a enxergar todas as suas crianças com o mesmo olhar de valorização e potencial. Desde cedo, aprendi que o silêncio imposto às nossas vozes não é somente uma ausência de palavras, mas um apagamento sistemático das nossas histórias, dos nossos sonhos e das nossas possibilidades. No ambiente escolar, fui testemunha e vítima de um sistema que, muitas vezes, reproduz as mesmas desigualdades que deveria combater.

Lembro-me do desconforto em ser sempre interrompida quando tentava expor uma ideia, da sensação de invisibilidade quando minha presença parecia não importar, e do racismo disfarçado de piadas que ecoavam pelos corredores. As histórias que me contavam sobre sucesso raramente tinham protagonistas negras, e isso me fez acreditar, por muito tempo, que talvez aquele espaço não fosse feito para mim. A falta de referências positivas, o racismo estrutural disfarçado em "brincadeiras" e a invisibilidade que me acompanhava nos espaços acadêmicos foram desafios que, em muitos momentos, pareciam intransponíveis.

A educação, no entanto, sempre me fascinou. Ainda que marcada por desigualdades e desafios, foi através dela que comecei a compreender quem eu era e qual era o meu lugar no mundo; que cada história silenciada merece ser contada, ouvida e legitimada ao longo da vida. Aprendi que o conhecimento não somente abre portas, mas também nos ensina a construí-las, caso nos sejam negadas. E se houve um exemplo vivo dessa força transformadora, esse exemplo foi a trajetória percorrida pelo meu pai. Após uma vida inteira de desafios, ele conseguiu.

Enquanto trabalhava incansavelmente para sustentar nossa família, ele se dedicava aos estudos à noite, carregando consigo o desejo de conquistar um espaço que, por tantos anos, lhe foi negado. Contra todas as estatísticas, ele conseguiu transformar sua realidade, conseguindo um emprego na Biblioteca Central da UFV, onde se efetivou e construiu uma carreira de mais de três décadas. Sua história,

marcada pela resiliência e pela busca por conhecimento, nunca deixou de ecoar em mim.

Talvez tenha sido essa vivência que despertou meu olhar para as mulheres que, como meu pai, também carregam consigo uma trajetória interrompida, mas que, mesmo diante de tantos desafios, decidem retomar seus estudos e reescrever suas histórias. Como professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e pesquisadora (mestranda) na área da educação, percebo, diariamente, o peso das desigualdades que recaem sobre essas mulheres, especialmente as mulheres negras. Muitas delas retornam à sala de aula após décadas afastadas, enfrentando não somente as dificuldades acadêmicas, mas também o preconceito etário, a sobrecarga de responsabilidades, a desvalorização social e, muitas vezes, a falta de apoio de suas próprias famílias e comunidades.

Com essa determinação, concluí Letras na Universidade Federal de Viçosa (UFV), me especializei na mesma instituição e, hoje, sou mestranda em Educação no PPGE, UFV. Um espaço onde a minha história de vida se entrelaça com minha pesquisa e com minha vocação. A educação, que para tantos ainda é negada, tornou-se meu campo de luta, meu ofício há 27 anos e minha forma de resistência.

Educação, emancipação e autoestima: um cenário em construção

A história de vida da primeira autora revela que é possível comprovar o valor e a força da educação feminina para a emancipação das mulheres, em especial das negras, representando um dos pilares fundamentais para a transformação social e a conquista de direitos.

Historicamente, as mulheres foram excluídas dos espaços de aprendizado e restritas ao ambiente doméstico, sendo educadas para o casamento e a maternidade. No entanto, ao longo dos séculos, a busca pelo conhecimento tornou-se um ato de resistência contra um sistema patriarcal que as reduzia à condição de subordinadas. Como afirma Perrot (2007, p. 16): “[...] escrever a história das mulheres é sair do

silêncio em que elas estavam confinadas. [...]. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento”, sendo, muitas vezes, silenciadas por narrativas que construíram imagens idealizadas e estereotipadas sobre o papel feminino. Essas representações sustentaram a desigualdade, consolidando a ideia de que a educação formal não era uma necessidade para as mulheres, mas um privilégio destinado somente àquelas que poderiam contribuir para a reprodução dos valores dominantes.

A luta pela educação como forma de emancipação feminina intensificou-se no século XX, especialmente com a conquista do direito ao voto e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. O acesso ao ensino superior e a presença feminina em profissões tradicionalmente masculinas representam marcos importantes nessa trajetória. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos, como a desigualdade salarial, a sobrecarga de trabalho doméstico e as barreiras institucionais que dificultam a ascensão das mulheres a cargos de liderança. Scott (2017, p. 71) destaca que “[...] a luta pela emancipação feminina exige uma desconstrução das narrativas patriarcais que perpetuam a ideia da inferioridade feminina e limitam suas possibilidades de ascensão social”. Essa desconstrução passa necessariamente pela educação, que deve ser um espaço de promoção da igualdade de gênero e do pensamento crítico.

A trajetória de emancipação das mulheres no Brasil é marcada por desafios significativos, especialmente para aquelas que são negras e sem escolaridade. Enquanto a educação tem sido um caminho fundamental para a autonomia feminina, as mulheres negras enfrentam barreiras adicionais que tornam esse processo mais tardio ou, em muitos casos, inacessível. Conforme bell hooks (2020, p. 469), “[...] mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’”.

Contudo, é necessário reconhecer que, mesmo com a existência da EJA, a emancipação plena dessas mulheres ainda enfrenta obstáculos significativos. A falta de políticas públicas eficazes, o

racismo estrutural e a desigualdade de gênero são barreiras que podem atrasar ou até impedir que muitas mulheres negras alcancem sua autonomia completa. Portanto, é imperativo um compromisso coletivo para promover uma educação inclusiva e emancipatória, garantindo que todas as mulheres tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente. Afinal, quando uma mulher negra se educa, ela não somente rompe barreiras impostas historicamente, mas também abre caminhos para que outras possam seguir, transformando vidas e redesenhando horizontes.

Os efeitos da escolarização dessas mulheres também se refletem na educação de suas famílias. Muitas dessas alunas são mães, avós e cuidadoras, e seu retorno à escola influencia diretamente a trajetória educacional de seus filhos e netos. Como destaca Sueli Carneiro (2019, p. 105), “[...] quando uma mulher negra se educa, toda uma comunidade se transforma, pois, ela passa a ser referência de resistência e de possibilidades para aqueles que a cercam”. As mulheres que retomam os estudos não somente garantem um futuro melhor para si mesmas, mas também incentivam suas famílias a valorizarem a educação como um caminho para a transformação social.

A autoestima é um elemento fundamental para a construção da identidade e da autonomia das mulheres. Mais do que um sentimento subjetivo, ela se traduz na confiança em sua capacidade de pensar, agir e conquistar direitos, sendo um reflexo da maneira como se percebem e são percebidas no mundo. bell hooks (2020, p. 190), ao discutir a importância da autoestima para as mulheres em situação de fragilidade social, traz uma definição desse conceito apresentada pelo psicoterapeuta Nathaniel Branden (2020, p. 190), na qual ele afirma que:

A autoestima é a confiança em nossa habilidade de pensar, confiança em nossa habilidade de lidar com os desafios da vida e confiança em nosso direito de sermos bem-sucedidos e felizes. O sentimento de ter valor, de merecer, de ter direito a afirmar nossas necessidades e desejos, alcançar nossos valores e aproveitar os frutos de nossos esforços.

E assim, as mulheres que um dia foram silenciadas e lançadas à margem, começam a reconhecer-se. Gradualmente, cada palavra aprendida se transforma em voz, cada conhecimento adquirido se torna luz, iluminando caminhos antes negados. Descobrem que sempre tiveram valor, ainda que o mundo insistisse em dizer o oposto. Percebem que suas vivências são fontes de saber e que, dentro de si, carregam uma força ancestral que nem o tempo, nem as adversidades puderam apagar.

Interseccionalidade na educação: gênero, raça, classe e etarismo

Como ressalta bell hooks (2013, p. 109), ouvir “[...] mulheres negras na educação é um ato de resistência contra um sistema que historicamente tentou silenciá-las”. Corroborando com essa constatação, Grada Kilomba (2019, p. 58) relata:

Não é que não tenhamos falado, mas antes que as nossas vozes – por intermédio de um sistema de racismo – têm sido sistematicamente desqualificadas como conhecimento inválido; ou então têm sido representadas por pessoas brancas que, ironicamente, se tornam ‘peritas’ em nós mesmas.

Kimberlé Crenshaw, ao discutir o conceito de interseccionalidade, no artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*” (1989), afirma que este é um conceito fundamental para compreender como múltiplas formas de opressão se entrelaçam na experiência das mulheres negras. Para ela, raça e gênero não atuam isoladamente, mas sim de maneira combinada, criando desigualdades que não podem ser explicadas somente pela soma dos fatores individuais.

Entendemos que gênero, raça e classe se entrelaçam na produção de desigualdades complexas, que afetam de forma específica as trajetórias de mulheres negras e periféricas no campo educacional. Como enfatiza Crenshaw (1989), essas opressões não atuam

isoladamente, mas interagem, criando realidades que não podem ser explicadas somente pela soma de fatores. Sua crítica ao sistema jurídico norte-americano evidencia como políticas antidiscriminatórias falham ao tratar raça e gênero separadamente, negligenciando as experiências das mulheres negras, frequentemente excluídas tanto de pautas feministas quanto das antirracistas. Segundo ela, “[...] a interseccionalidade é uma forma de compreender e responder às maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar experiências de opressão” (Crenshaw, 1989, p. 139).

Além da contribuição de Crenshaw para discutir processos educativos, construção de identidades e resistência envolvendo mulheres negras, dialogamos com a perspectivas feministas e antirracistas de autoras como: bell hooks (2013, 2020, 2022), que defende uma pedagogia que promova a liberdade e a autonomia, compreendendo a sala de aula como um espaço de transformação; Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2019), que reforçam que marginaliza suas presenças; Cíntia Teixeira (2020), que contribui com análises que articulam educação, resistência e estratégias políticas para o enfrentamento dos retrocessos, especialmente no campo educacional. Acreditamos que as discussões promovidas por essas autoras contribuem para podermos refletir criticamente sobre o papel da educação na construção de trajetórias escolares mais justas, humanas e emancipatórias. Como afirma bell hooks (2020, p. 109), “[...] quando aprendemos a nos valorizar, aprendemos também a resistir”.

No Brasil, a escolarização de mulheres negras, periféricas e de classes populares é impactada não somente pelo sexismo e pelo racismo, mas também pelas desigualdades socioeconômicas e pelo etarismo, fatores que se entrelaçam e influenciam suas trajetórias educacionais. A partir dessa perspectiva, torna-se essencial discutir como esses marcadores estruturam a educação e determinam as barreiras enfrentadas por essas mulheres no acesso e permanência na escola.

A análise de gênero na educação revela que as mulheres negras historicamente enfrentam desafios que vão além da simples exclusão educacional. Como discute Bell Hooks (2020, p. 109):

Para muitas mulheres negras, a educação representou a possibilidade de um futuro diferente, a chance de escapar das restrições impostas pela raça e pelo gênero. A busca pelo conhecimento não era somente uma busca por empoderamento individual, mas uma resistência coletiva às forças opressivas que negavam a elas a humanidade completa.

Nesse sentido, a educação pode ser entendida como uma fonte de libertação, um meio de mobilidade social e uma estratégia de resistência às estruturas de opressão. Essa visão dialoga com a proposta de Angela Davis (2018), em *Mulheres, Raça e Classe*, na qual a autora discute como essas categorias se interconectam, moldando as experiências das mulheres negras. Para Davis (2018, p. 95-107), “[...] revisitar a história das mulheres negras é essencial para entender suas lutas e resistências contemporâneas”, implicando uma necessidade urgente de políticas educacionais que considerem essa realidade.

A interseccionalidade na educação também se manifesta na sobrecarga das mulheres que buscam retornar à escolarização. Cíntia Teixeira (2020) analisa como as mulheres da EJA enfrentam obstáculos como a dupla jornada de trabalho e as responsabilidades domésticas, fatores que limitam seu tempo e energia para os estudos. Em *Narrativas, Mulheres e Resistências* (2020), Teixeira destaca a importância da valorização das histórias narradas dessas mulheres e do reconhecimento de suas lutas como parte da construção do conhecimento acadêmico e político. Nessa perspectiva, discorre Ribeiro (2019, p. 25):

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras,

estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, impossibilita-se o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou, como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. Por conseguinte, é preciso que a discussão de gênero e racismo ocorra.

Os efeitos do racismo estrutural na educação são amplamente discutidos por Sueli Carneiro (2019), que destaca a invisibilidade das mulheres negras no sistema educacional, acrescentando a essa realidade mais um fator: “[...] o racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos, e a organização política é essencial para esse enfrentamento” (Carneiro, 2019).

No contexto da EJA, essa exclusão se materializa na desvalorização da identidade negra e na ausência de referências afrocentradas no currículo escolar, dificultando a construção de uma autoestima positiva entre as alunas negras. Carneiro (2017), em entrevista à Revista Cult, pontua que:

[...] nós, mulheres negras, somos a vanguarda do movimento feminista nesse país; nós, povo negro, somos a vanguarda das lutas sociais deste país porque somos os que sempre ficamos para trás, aquelas e aqueles para os quais nunca houve um projeto real e efetivo de integração social.

Essa afirmação reforça a necessidade de políticas educacionais que garantam a inclusão efetiva dessas mulheres, promovendo espaços de aprendizado que reconheçam e valorizem suas contribuições históricas e culturais.

Outra teórica essencial para a compreensão da interseccionalidade na educação é Lélia Gonzalez (2020), que critica a ideia de “democracia racial” e evidencia a maneira como o racismo estrutura todas as esferas da sociedade brasileira, incluindo a educação. Segundo Gonzalez (2020, p. 12), “[...] Ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está”, destacando a sobrecarga da mulher negra como reprodutora de um sistema de exploração racial e de gênero, impossibilitando a percepção de que, ao denunciarmos as múltiplas formas de exploração do povo negro e das mulheres negras, em particular, é comum: “[...] a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito” (González, 2020, p. 36).

Além disso, Gonzalez (2020) enfatiza que, enquanto houver racismo e exclusão social, haverá necessidade de se organizar lutas, evidenciando a importância da educação como um instrumento de resistência e luta contra as desigualdades estruturais.

O fator classe também desempenha um papel central na exclusão educacional de mulheres negras e periféricas, pois o sistema educacional brasileiro tem, historicamente, reproduzido as desigualdades socioeconômicas. Antônio Gramsci (2000), ao discutir o conceito de hegemonia cultural, afirma que a educação desempenha um papel crucial na formação e na legitimação da hegemonia cultural de uma sociedade, configurando um campo de “batalha”, ao perpetuar as desigualdades quanto ser um espaço de contestação e resistência, pois, segundo o autor:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais posições intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não só no campo econômico, mas também no campo social e político (Gramsci, 2000, p. 5).

Para Gramsci (2000), a escola não é somente um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também um aparato fundamental para a reprodução das relações sociais e culturais dominantes. No contexto da EJA, essa reprodução se manifesta na desvalorização da educação para adultos e na ausência de políticas que garantam o acesso e a permanência desses estudantes no sistema de ensino.

Considerações finais

O percurso aqui trilhado foi se entrelaçando como uma costura de memórias e pensamentos, revelando que a educação só encontrará sua força plena quando se fizer espaço de libertação e reconhecimento. As histórias, teorias e experiências evocadas ao longo do texto anunciam que não basta somente ensinar ou aprender: é preciso escutar as vozes inviabilizadas, valorizar trajetórias interrompidas e transformar cada sala em território de resistência e esperança.

Assim, ao chegar ao ponto de recolher os fios dessa caminhada, abre-se um horizonte de compromisso coletivo, no qual a educação deve ser compreendida como prática viva, como encontro de saberes e promessa de um mundo mais justo. É nessa travessia, ainda em construção, que vão se inscrevendo nossas lutas, nossas memórias e novas práticas de libertação.

Diante desse panorama teórico, a interseccionalidade é uma lupa valiosa para compreender as desigualdades educacionais e propor soluções eficazes para enfrentá-las. O reconhecimento das múltiplas opressões que atravessam a experiência das mulheres negras na EJA é fundamental para a construção de um sistema educacional mais acessível, dialógico, inclusivo e justo. Como argumentam Paulo Freire e Ana Maria Araújo Freire (2015, p. 79), “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim, a educação precisa ser um espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual todas as vozes sejam reconhecidas e valorizadas.

A interseccionalidade na educação não pode ser vista somente como um conceito teórico, mas como uma prática que deve orientar as políticas educacionais e pedagógicas. Para que a EJA cumpra seu papel transformador, é necessário que as mulheres negras, periféricas e de diferentes faixas etárias sejam reconhecidas como sujeitos plenos do direito à educação. Como destaca bell hooks (2013, p. 11), “[...] a educação é um ato de resistência e uma das formas mais poderosas de transformação social, comprometida com todas as formas de combate às injustiças sociais”. Portanto, garantir o acesso e a permanência dessas mulheres na escola não é somente uma questão de inclusão, mas um compromisso com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

Referências

- CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARNEIRO, S.: sobrevivente, testemunha e porta-voz. Entrevista concedida a Bianca Santana. **Revista Cult**, São Paulo, 9 de maio de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- DAVIS, A. **Educação e libertação: a perspectiva das mulheres negras**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P.; ARAÚJO FREIRE, Ana Maria de. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, b. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, b. **Escrever além da raça**: teoria e prática. São Paulo: Elefante, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 abr. 2025.

TEIXEIRA, C. M.; KIND, L. **Narrativas, mulheres e resistências**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.